

REPRESENTAÇÕES DO MEIO AMBIENTE

CLIMA, CULTURA, CINEMA

JOSÉ FRANCISCO SERAFIM
SERGIO RICARDO LIMA DE SANTANA
Organizadores



JOSÉ FRANCISCO SERAFIM
SERGIO RICARDO LIMA DE SANTANA
Organizadores

**REPRESENTAÇÕES
DO MEIO AMBIENTE**
CLIMA, CULTURA, CINEMA

EDUFBA
Salvador, 2012

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

José Francisco Serafim

Sergio Ricardo Lima de Santana

PARTE I REPRESENTAÇÕES DO MEIO AMBIENTE

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, EMPREGOS VERDES E

SUSTENTABILIDADE 15

Maria da Conceição Pereira Ramos

**CLIMA, CULTURA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE: BREVE RELATO
DE UM PASSEIO DE MÃOS DADAS** 37

Carlos Roberto Franke

SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA: APRENDENDO COM A

TEIA DA VIDA 51

Maria Suzana Moura

Ian de Castro

RUÍDO E MEIO AMBIENTE 61

Olívio Patrício

**ESPAÇOS E TEMPOS DA(S) CULTURA(S) DO MAR: PERSPECTIVAS E
DESAFIOS SOCIAIS, INTERCULTURAIS E DE SAÚDE** 87

Natália Ramos

PARTE II

REPRESENTAÇÕES DO MEIO AMBIENTE NO CINEMA

ALGOL, A TRAGÉDIA DO PODER: O MEIO AMBIENTE NO CINEMA MUDO ALEMÃO 111

Sergio Ricardo Lima de Santana

A REPRESENTAÇÃO DA NATUREZA NA OBRA FÍLMICA DE ROBERT FLAHERTY 125

José Francisco Serafim

SÍNCRESE CÔMICA E RUÍDOS INFIÉIS NO MUNDO AUDIOVISUAL DE JACQUES TATI 135

Guilherme Maia

A DIMENSÃO PRAGMÁTICA DA NARRATIVA E DO DISCURSO DOS FILMES SOBRE CLIMA E MEIO AMBIENTE 151

Mahomed Bamba

DAS ESTRATÉGIAS AUDIOVISUAIS UTILIZADAS PARA A ADESÃO AO DEBATE SOBRE A MUDANÇA CLIMÁTICA: UMA ANÁLISE DE RECEITAS PARA O DESASTRE (2008) DE JOHN WEBSTER 169

Sandra Straccialano Coelho

FILMES-CATÁSTROFE: A NATUREZA OBTÉM SUA VINGANÇA NO CINEMA DO SÉCULO XXI 181

Luiz Philipe Fassarella Pereira

SOBRE OS AUTORES 199

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, EMPREGOS VERDES E SUSTENTABILIDADE

Maria da Conceição Pereira Ramos

“Quem procura uma relação justa com a pedra, com a árvore, com o rio, é necessariamente levado, pelo espírito de verdade que o anima, a procurar uma relação justa com o homem. Aquele que vê o espantoso esplendor do mundo é logicamente levado a ver o espantoso sofrimento do mundo. Aquele que vê o fenómeno quer ver todo o fenómeno. É apenas uma questão de atenção, de sequência e de rigor.” (ANDRESEN, 2003, p. 73)

INTRODUÇÃO

A investigação do tema clima, cultura e ambiente é multifacetada, multidimensional e interdisciplinar, o que traz muitos desafios e proporciona uma ampla margem de inovação na intervenção e na educação.

O desenvolvimento das sociedades contemporâneas faz-se acompanhar por desafios ambientais crescentes: poluição do ar e da água, riscos químicos e toxicológicos, risco de acidentes industriais, por vezes de grande envergadura (como os de Bhopal, Seveso, Tchernobyl, Fukushima, por exemplo).

As questões ambientais tornaram-se uma preocupação central, em todo o mundo, especialmente nos países desenvolvidos, e a adoção de estratégias de desenvolvimento sustentável suscita a pertinência da consideração das relações entre educação, emprego, ambiente e responsabilidade social, assim como a consideração das interdependências económicas, demográficas e dos recursos naturais. A preservação ambiental não está fora da questão do modelo económico e da ética a que estamos submetidos.

É preciso analisar a questão da formação e do emprego no quadro da proteção do ambiente e do desenvolvimento sustentável. O sistema de formação tem um papel decisivo na satisfação das necessidades de qualificações, sendo necessário definir profissões estratégicas e formações prioritárias e fazer uma gestão antecipada das competências e das qualificações necessárias na área ambiental. A educação ambiental tem por alicerce o respeito à vida e à cidadania.

Trata-se de considerar importantes aspectos sociais e éticos da economia, da sociedade e da responsabilidade social das empresas e dos cidadãos, visando a obtenção de um desenvolvimento sustentável que respeite o ambiente natural e melhore a qualidade de vida. Há ainda muito a fazer, nomeadamente, nos domínios da conscientização ambiental, da educação e da formação.

Propomo-nos analisar as seguintes questões: economia verde e desenvolvimento sustentável; ambiente, migrações e mudanças climáticas; cidadania empresarial e responsabilidade socioambiental; ambiente e potencial de emprego e formação; educação ambiental e cidadania.

ECONOMIA VERDE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento sustentável, global e local, integra preocupações ambientais, económicas, sociais e culturais, por isso falamos de diferentes pilares da sustentabilidade (ambiental, social e económico), dos quais o pilar ambiental assumiu particular relevância nos últimos anos. Neste pilar, encontramos uma necessidade de gerir os recursos a longo prazo, devido a sua escassez e a alterações climáticas, muitas vezes associadas a catástrofes ambientais.

No que se refere ao conceito de desenvolvimento sustentável – inicialmente proposto no relatório da Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento (nomeado também como Relatório Brundtland, em homenagem a um de seus autores e seu coordenador) – sua divulgação, ao nível internacional, deu-se pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1992, que fez estas questões ecoarem em um grande número de países. O conceito de desenvolvimento sustentável considera que o uso dos recursos naturais para a satisfação das necessidades presentes não pode comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras. (WCED, 1987) A sustentabilidade deve ser entendida nas suas múltiplas vertentes, am-

biental, econômica e social, atingindo um desenvolvimento social e econômico e preservando os recursos naturais e culturais. A Conferência das Nações Unidas propôs a necessidade crucial de conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra.

O projeto ambiental *The Economics of Ecosystems and Biodiversity* (TEEB) da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre “A economia dos ecossistemas e da biodiversidade” chamou a atenção para os benefícios econômicos globais da biodiversidade e para os custos crescentes da sua perda e da degradação dos ecossistemas. As estimativas da ONU assinalam que se não forem tomadas as medidas adequadas para travar as tendências atuais de degradação ambiental, os custos dos danos na biodiversidade e nos ecossistemas poderão atingir 18% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial em 2050. (SUKHDEV et al., 2010)

Segundo a definição de B. Sousa Santos, na obra *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais* por ele organizada, “o termo biodiversidade, de facto, designa a diversidade de organismos, genótipos, espécies e ecossistemas, mas também os conhecimentos sobre essa diversidade”.

A partir do surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável, passou a existir um discurso que procura condicionar a busca de um novo modelo de desenvolvimento aliado à noção de conservação do meio ambiente. A preservação e melhoria do ambiente, por serem inerentes ao aumento da qualidade de vida e defenderem o nosso patrimônio de recursos, são inerentes ao conceito de desenvolvimento. Os ambientes naturais constituem um componente importante do capital social coletivo. (UZAWA, 1994) O desenvolvimento harmonioso e sustentável deve estar na base da política de ambiente.

O surgimento do conceito de ecodesenvolvimento, proposto por Ignacy Sachs, em 1973, passou a defender a possibilidade de crescimento, desde que de forma sustentada, implicando uma mudança de paradigma. (SACHS, 1986) Este autor ampliou o conceito de sustentabilidade, envolvendo-o em diferentes dimensões, que estão interligadas: as dimensões social, ambiental, econômica, espacial ou territorial, cultural e política, entre outras. Para Sachs (2002, p. 58), a sustentabilidade do desenvolvimento é um desafio planetário, que procura conciliar o interesse econômico com os objetivos de políticas

sociais e ambientais. Sachs (2004) assinala aspectos imprescindíveis para o desenvolvimento sustentável: a ênfase no mercado interno, estimulando o emprego em setores com baixo conteúdo de importações visando o desenvolvimento endógeno; a promoção de emprego decente e/ou autoemprego para todos, mecanismo pertinente para assegurar a sustentabilidade social e o crescimento econômico. Com este objetivo, são apontadas algumas políticas, como o incentivo ao emprego em atividades de conservação de energia e de recurso à reciclagem de materiais, à consolidação da agricultura familiar, ao estímulo do desenvolvimento rural e à pluriatividade, entre outras.

A economia solidária é parte integrante do desenvolvimento sustentável, abrangendo a defesa do meio ambiente, diversidade cultural, desenvolvimento local, competitividade, governabilidade, eficiência e uma outra mundialização. (RAMOS, 2011) O crescimento sustentável assenta na melhoria das formas de repartição do rendimento e na geração de “economias de inclusão”, para introduzir dinâmicas sustentáveis na vida coletiva. O conceito de economia solidária associa-se à responsabilidade socioambiental, à ideia de consumo consciente, à defesa do meio ambiente e à produção de orgânicos. À medida que se promove o consumo consciente, os recursos existentes no planeta são utilizados de forma mais adequada, evitando que cheguem a uma exaustão de recursos naturais. (BAUMAN, 2011)

Associa-se à economia verde, um elevado potencial de criação de emprego e uma significativa capacidade de racionalização dos consumos energéticos, procurando organizar as atividades e as infraestruturas no sentido dos melhores resultados em termos naturais e humanos, com redução de emissões nocivas e melhor uso de recursos. Estas preocupações estão por detrás de iniciativas de carácter supranacional, como a estratégia “Europa 2020”, da Comissão Europeia, a “Green Economy Initiative”, das Nações Unidas e a “Green Growth Strategy”, da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE). Em junho de 2012, ocorre a Conferência Rio+20, que se centra em dois tópicos: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável. Há um forte apelo social na agenda desta conferência, procurando conciliar justiça social com ambiente e economia, mobilizando várias instâncias, como empresas, organizações governamentais, autarquias e

cidadãos. Perante a crise econômica, é importante mobilizar a sociedade civil e manter os objetivos de desenvolvimento sustentável, “ensombrados” pelo fosso Norte-Sul. Nas últimas duas décadas, a ONU registrou o desaparecimento de 300 milhões de hectares de floresta primária, a elevação da temperatura da terra em 0,4 graus e mais gente a viver em favelas.

Mas o desenvolvimento tem de ser necessariamente local e regional. Na problemática do desenvolvimento local sustentável, há que se satisfazer necessidades essenciais e qualidade de vida, economia e emprego, inclusão social, organizações democráticas e administração territorial que evitem o êxodo das populações. O desenvolvimento local promove o dinamismo econômico e está associado a processos de melhoria das condições de vida das pessoas que habitam em um determinado território, através da sua participação e exercício de uma cidadania ativa. A noção de desenvolvimento local está relacionada com o desenvolvimento endógeno, diversificação das atividades econômicas e sociais e conservação da paisagem cultural e natural. O desenvolvimento endógeno reforça a importância dos aspectos econômicos, sociais e culturais da sustentabilidade, como pilares de uma situação territorial mais homogênea.

Há um alargamento da dimensão econômica, com a percepção social do ambiente. Procura-se uma abordagem ecológica na qual se misturem visões naturalista, ecologia global e concepção crítica e alargada dos fenômenos econômicos. (VIVIEN, 1994) Economia e ecologia tentam abrir-se uma à outra. A economia é “bárbara” (SAINT MARC, 1994) pela degradação alarmante do nosso ambiente físico e social. É necessário conceber o ambiente na base de uma nova ética. Em 1985, Passet mostrava o equilíbrio cósmico entre o mundo dos homens e o da natureza, analisava o ciclo e as formas das trocas que é preciso respeitar, se a humanidade não quiser destruir a ela própria. A preservação e melhoria do ambiente, por serem inerentes ao aumento da qualidade de vida e defenderem o nosso património de recursos, são inerentes ao conceito de desenvolvimento.

AMBIENTE, MIGRAÇÕES E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

As alterações climáticas constituem um dos maiores desafios do século XXI e as suas respostas devem ser integradas nas estratégias nacionais,

territoriais, locais e culturais de desenvolvimento. A degradação ambiental, percebida pelo desequilíbrio ecológico e a desigualdade social advindas do processo de desenvolvimento socioeconômico impuseram à população mundial um ônus incalculável.

O processo das alterações climáticas e as múltiplas catástrofes naturais, como as secas ou as enchentes, bem como, a longo prazo, a desertificação ou a subida do nível médio da água do mar, forçam milhões de pessoas a deslocarem-se. O desenvolvimento sustentável reduz a vulnerabilidade a catástrofes ambientais e alterações climáticas, podendo esta redução atenuar um dos importantes problemas atuais, o da migração forçada, ou o dos chamados refugiados ambientais. (GEMENE et al., 2011; IOM, 2008, 2009; FIGUET et al., 2011)

Segundo a definição do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), os refugiados ambientais são “pessoas que foram obrigadas a abandonar, temporária ou definitivamente, a zona onde tradicionalmente vivem, devido ao visível declínio do ambiente (por razões naturais ou humanas), perturbando a sua existência e/ou a qualidade da mesma, de tal maneira que a subsistência entra em perigo”.

Até 2050, cerca de 200 milhões de pessoas poderão abandonar as suas cidades devido a alterações climáticas, de acordo com dados da ONU. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) estima que, na atualidade, existam 25 milhões de refugiados ambientais.

O impacto dos fatores ambientais nos deslocamentos deve ter em conta as percepções socioculturais e as representações dessas ameaças pelas populações afetadas. A mudança climática é vivida de forma diferente segundo as regiões e as categorias sociais afetadas, porque a vulnerabilidade relativamente ao ambiente é o resultado de fatores socioeconômicos, culturais e geográficos específicos, que modelam cada sociedade.

Um documento do Banco Mundial (WORLD BANK, 1994) assinalava que 10 milhões de pessoas são anualmente forçadas a deslocar-se pelos grandes projetos de desenvolvimento. Destas pessoas, 4 milhões seriam expulsas das suas terras e casas para dar lugar aos lagos artificiais criados por grandes barragens. Outras 6 milhões de pessoas seriam forçadas à mobilidade compulsória, por outros grandes projetos: renovação urbana, trabalhos rodoviários e ferroviários, polos industriais, etc.

Para o Banco Mundial, estes processos fazem parte da história natural do capitalismo e estão inscritos na evolução dos países industrializados e dos países em desenvolvimento. Mas há que se referir que esses projetos estão também inscritos nos processos de produção e reprodução da pobreza e da desigualdade a que as migrações/mobilidades forçadas estão, quase sempre, associadas.

As consequências das alterações climáticas variam entre as regiões, as gerações, as faixas etárias, as classes sociais, os níveis de rendimento, as profissões e os sexos, afetando sobretudo os mais desfavorecidos. As mulheres funcionam como agentes de mudança na gestão dos recursos naturais da comunidade em diversas instâncias, na área da inovação, na agricultura e nos cuidados básicos, além de terem um papel-chave na adaptação às mudanças climáticas e no desenvolvimento sustentável. (BRAIDOTTI et al., 1994; OIT, 2009) Tem que se criar oportunidades, ao nível nacional e local, para educar e formar as mulheres no domínio das mudanças climáticas e aproveitar os seus conhecimentos e capacidades de gestão dos recursos naturais, quando se elaboram políticas e iniciativas de adaptação e redução das alterações climáticas. As contribuições dos impactos das mulheres no meio ambiente e no âmbito de projetos de desenvolvimento precisam estar interligados.

Há que dar respostas aos desafios colocados pela vulnerabilidade de migrantes urbanos. Os fluxos contínuos de migrantes, refugiados e outros deslocados são um dos fatores que levam ao rápido crescimento das cidades. Muitas destas pessoas vêm de zonas rurais ou pequenas cidades. Embora sejam atraídas para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida, elas também migram devido a fragilidades ambientais ou para se adaptar às mudanças climáticas. Estas pessoas forçadas a migrar frequentemente buscam proteção e oportunidades que as cidades podem oferecer, mesmo que terminem vivendo em comunidades carentes superpovoadas ou em bairros periféricos sem os mínimos serviços básicos.

A gestão da diversidade cultural nas zonas urbanas constitui uma das grandes preocupações do Conselho da Europa e da Comissão Europeia, instituições que lançaram, em 2008, o projeto "cidades interculturais", de modo a fazerem da cidade um espaço aberto e plural e um lugar privilegiado de diálogo intercultural. A migração é essencialmente do campo para a cidade, o

que resulta em um aumento sem precedentes de contatos entre as culturas, colocando também sérios desafios à gestão da diversidade cultural, à comunicação intercultural e ao planejamento urbano. (RAMOS, 2008)

É necessário encontrar meios inovadores e sustentáveis para apoiar as pessoas deslocadas e quem as acolhe.

CIDADANIA EMPRESARIAL E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

As empresas estão no centro do problema ambiental: ao criarem e transformarem produtos para satisfazer os consumidores, produzem também impactos sobre a Natureza (poluição e consumo de recursos) e sobre o Homem (agressão à saúde pública e insegurança). Torna-se assim necessário introduzir novas tecnologias de processos menos poluentes e compatíveis com a proteção ambiental e criar novas formas de organização na empresa que incorporem o fator ambiente, a qualidade e a segurança no trabalho. Como afirma Winter (1989), é preciso integrar o ambiente através de uma reorganização interna da empresa e de uma reafetação de recursos. O desenvolvimento de normas de ambiente mais restritivas pode encorajar as empresas a adaptar-se a tecnologias menos poluentes e a investir em novos domínios de produção que respeitem o ambiente.

É necessário conceber o ambiente na base de uma nova ética, ter em atenção as relações entre empresas e sociedade, a responsabilidade social e ética empresarial, a cidadania e sustentabilidade empresarial. O estudo da responsabilidade social empresarial deve ser entendido como “uma área de interesse inter e multidisciplinar”, para cuja compreensão é indispensável mobilizar contribuições das mais variadas ciências sociais e humanas, seja a educação, a economia e a gestão. (PUPPIM DE OLIVEIRA, 2008, p. 10)

A cidadania empresarial ganha importância e desperta responsabilidades alargadas na comunidade empresarial. Contribuir para o desenvolvimento social, cultural e ambiental da comunidade é também missão da gestão empresarial. A responsabilidade social ultrapassa o contributo para o crescimento da economia e do emprego, abrindo caminho a uma intervenção mais globalizante: incentivar o exercício da cidadania, acautelar a dimensão

ética dos negócios, participar no desenvolvimento social das comunidades e contribuir ativamente para o reforço da coesão social.

No Livro Verde *“Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas”* (2001), a Comissão Europeia define a responsabilidade social empresarial da seguinte forma:

é essencialmente um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo. [...] Esta responsabilidade manifesta-se em relação aos trabalhadores e, mais genericamente, em relação a todas as partes afetadas pela empresa e que, por seu turno, podem influenciar os seus resultados.

O Livro Verde da Comissão Europeia (2001) faz uma análise detalhada de duas grandes dimensões da responsabilidade social empresarial (RSE): a interna e a externa. A dimensão interna diz respeito aos trabalhadores e, nomeadamente, a questões como o investimento no capital humano, a gestão dos recursos humanos, a saúde e segurança no trabalho, a gestão da mudança e adaptação à mudança (critérios de reestruturações) e incorpora aspectos relativos à gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais. A dimensão externa da RSE incide sobre as comunidades locais, os parceiros comerciais, os fornecedores e consumidores, as autoridades públicas e as ONGs, direitos humanos e preocupações ambientais globais.

A necessidade de construir uma Europa Social exige formação de responsabilidade social, centrada em diferentes dimensões: aprendizagem ao longo da vida; empregabilidade ativa; prevenção de riscos profissionais; promoção e desenvolvimento sustentado; ecoeficiência; diálogo social; respeito e promoção de um ambiente saudável.

Estamos perante uma mudança na visão e estratégia empresarial que é notada por Porter e Van der Linde (1995): “para evitar incorrer nos mesmos erros, os gestores têm de começar a reconhecer a melhoria ambiental como uma oportunidade económica e competitiva, não como um custo irritante ou uma ameaça inevitável”. Para estes autores, “programas ambientais bem desenhados podem despoletar inovações e baixar o custo total do produto

ou melhorar o seu valor". O investimento de muitas empresas em programas ambientais é um aspecto fulcral da sua competitividade.

É necessário promover uma melhor coordenação entre empregados e empregadores, no sentido de considerar o impacto dos sistemas de produção no ambiente e nas condições de trabalho. Os poderes públicos devem encontrar os meios mais eficazes de regulamentar os comportamentos, a fim de minimizar os custos de gestão e de adaptação das empresas.

A Carta da Terra, aprovada pelas Nações Unidas, em 2002, é uma declaração universal para orientar a humanidade no sentido de uma consciência ambiental e criar uma ética global generalizada, um código de conduta planetário para pessoas e nações, rumo a sociedades sustentáveis. Os seus valores e princípios são os seguintes: respeitar e cuidar da comunidade da vida; integridade ecológica; justiça social e econômica; democracia, não violência e paz.

AMBIENTE E POTENCIAL DE EMPREGO E FORMAÇÃO

A economia verde é um setor motor de crescimento, criador de emprego e de redução da pobreza, favorecendo o poder de compra e o bem-estar. Os empregos verdes proporcionam trabalho digno e rendimentos que contribuem para um crescimento sustentável da economia.

Assistimos a uma tomada de consciência crescente das potencialidades das medidas de proteção e de melhoria do ambiente para a criação de emprego e o desenvolvimento de novas atividades. Estas potencialidades devem ser confrontadas com as eventuais supressões de emprego nos setores que provocam efeitos nefastos no ambiente, dificilmente mensuráveis devido ao fato de que a maior parte desses empregos incluem atividades que não são facilmente analisadas nas estatísticas oficiais. A dificuldade em quantificar as funções relacionadas com o ambiente, deve-se ao fato de estas se encontrarem disseminadas por toda a economia e associadas a outras atividades com responsabilidades em termos de impacto ambiental: "Controlo da poluição e indústria dos resíduos...; abastecimento de água...; gestão ambiental nos sectores público e privado; fornecimento de equipamento de gestão ambiental...; consultoria sobre questões ambientais e actividades de investi-

gação e acompanhamento; conservação da natureza, parques e outras atividades de lazer.” (COMISSÃO EUROPEIA, 1995, p. 152) O termo emprego “verde” considera tanto os empregos diretos como indiretos: os técnicos que medem a poluição de um rio, as secretárias e o pessoal administrativo das grandes ecoindústrias, o lixeiro, o técnico comercial de uma empresa de despoluição, o jurista especialista em direito ambiental, entre outros.

Do ponto de vista econômico, importa refletir sobre o comportamento dos agentes econômicos, as novas políticas de inovação e de desenvolvimento tecnológico e a evolução dos mercados. Há setores estratégicos do ponto de vista ambiental e econômico: indústrias cujos impactos sobre o ambiente podem ser extremamente negativos (química, agricultura, microeletrônica, têxteis, pasta de papel...), ou, ao contrário, positivos (ecoindústrias). As oportunidades de crescimento e de criação de novos postos de trabalho estendem-se a este novo setor de atividade, cujo objetivo é produzir bens e serviços de proteção ambiental. As ecoindústrias conheceram um grande desenvolvimento nos últimos anos. No ano 2000, a Comissão Europeia estimava que havia 3 milhões de pessoas neste setor (o dobro de 1990).

Assinalamos as novas oportunidades de emprego com o crescimento das atividades econômicas associadas ao ambiente (nomeadamente no setor dos resíduos sólidos urbanos) e a necessidade de se definir áreas prioritárias de formação neste domínio (perfis profissionais, perfis de emprego) e profissões estratégicas (que se afiguram absolutamente indispensáveis para as transformações tecnológicas e/ou organizacionais). (RAMOS, 1995, 1996)

Em Portugal, nos últimos anos, os investimentos no setor do ambiente dinamizaram o mercado de trabalho, com impactos nas qualificações profissionais, no emprego, nas relações industriais e no crescimento econômico. Estes investimentos provocam um enriquecimento em infraestruturas, tais como centrais de incineração de resíduos sólidos (CIRS), centrais para incineração de resíduos hospitalares (CIRH), aterros sanitários (AS), aterros para resíduos tóxicos (ART), entre outros. A área das energias renováveis apresenta um potencial de crescimento muito elevado no que se refere à criação de emprego. É um domínio emergente no mercado de trabalho, ainda a se explorar em Portugal, não só sob uma ótica de redução da dependência externa, mas também do ponto de vista ambiental.

O conceito de emprego verde (re)emerge no discurso político internacional, não só na perspectiva do setor do ambiente como fonte de emprego, mas integrado em uma dinâmica mais vasta de transição para uma economia sustentável ou economia verde.

Os “empregos verdes” têm contribuído para o crescimento e as dinâmicas locais do mercado de trabalho, abrangendo “uma grande variedade de funções na organização do território, desenvolvimento local, economia urbana e industrial, ecologia rural e local, educação e formação dos trabalhadores.” (RAMOS, 2009, p. 12)

O efeito no emprego dos esforços acrescidos de proteção ambiental tenderá a generalizar-se a toda a economia, e não somente às indústrias diretamente ligadas ao ambiente, exigindo novas funções e responsabilidades de gestão. Os empregos podem implicar modificações nas qualificações e nas competências requeridas e ser deslocalizados, implicando a formação dos trabalhadores nos novos empregos criados, a reconversão dos que perdem o emprego nos setores penalizados e a necessidade de ajuda à reestruturação nas regiões onde a atividade diminui. As vagas de trabalho tenderão a baixar nas indústrias transformadoras que são importante fonte de poluição (siderurgia, papel e pasta de papel, têxtil e vestuário, por exemplo) mas as perdas de emprego seriam mais do que compensadas pela criação de postos de trabalho em indústrias beneficiárias de medidas adotadas. (CE, 1995)

As mais recentes definições de emprego verde ultrapassam a lógica de articulação de políticas de emprego com políticas de ambiente e integram os pilares do desenvolvimento sustentável em todas as atividades, transpondo as fronteiras estritas da dimensão ambiental, incluindo aspectos de equidade social, eficiência e eficácia econômica, proteção e gestão do ambiente, boa governança e dinâmica institucional.

Há que se identificar e aplicar programas destinados a apoiar a educação e iniciativas de formação, que facilitem o desenvolvimento das competências necessárias para criar novos empregos verdes. (DIAS; RAMOS, 2010) O mercado de trabalho exigirá diferentes aptidões profissionais, adaptadas às novas realidades da economia verde, pelo que as instituições de formação terão de saber ajustar a sua oferta formativa e desenvolver novos perfis profissionais.

Debatem-se, atualmente, os impactos econômicos, socioculturais e ambientais do “turismo sustentável” e atividades relacionadas. Há que se promover o turismo sustentável e o eonegócio de diversas formas, respeitando a herança cultural, os recursos naturais, os modos de vida e desenvolvimento econômico e mantendo ao mesmo tempo a coesão social e a sua identidade. No turismo, a adaptação às mudanças climáticas modifica a forma de viajar das pessoas, podendo afetar o emprego neste setor, importante polo de criação de emprego. No turismo, um setor trabalho-intensivo, o crescimento do emprego tem sido superior ao observado nos restantes setores da economia, ainda que muito deste acréscimo se deva ao emprego de cariz sazonal. A formação em turismo é um componente importante da qualificação profissional e deve estar em conformidade com as exigências do desenvolvimento sustentável. São notórios os avanços académicos e profissionais que vêm ocorrendo neste setor, com cursos de profissionalização e especialização, estudos de impactos sócio-econômico-ambientais e processos de certificação.

É importante conhecer a diversidade dos novos empregos verdes, a sua estabilidade e as condições de trabalho associadas. A proteção do ambiente e a da saúde dos trabalhadores devem necessariamente andar a par porque os trabalhadores estão expostos aos riscos ambientais. A importância dos problemas do ambiente, saúde e proteção no trabalho estão presentes nas diferentes regulamentações. A crescente globalização da economia coloca o problema da harmonização da regulamentação ambiental nos âmbitos regional e internacional.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CIDADANIA

A perspectiva de inserir as questões ambientais no processo educativo requer uma prática, nos espaços formais e não formais, que promova o desenvolvimento de conhecimentos e atitudes que permitam ao cidadão agir ativamente na sociedade e no bom desempenho da sua profissão, tendo em conta a função social e ética adaptada às necessidades atuais (apoiada na finalidade da Carta da Terra): visando uma sociedade global justa e sustentável.

Em cumprimento à recomendação feita na Conferência das Nações Unidas sobre o Humano, promovida pela ONU, em Estocolmo, em 1972, foi lan-

çado em 1975, pela Unesco e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA). No quadro deste programa, realizaram-se várias reuniões internacionais que culminaram na Conferência Intergovernamental de Tbilisi (URSS), em 1977, na qual se definiu que “a educação ambiental deve ajudar a criar uma consciência de interdependência económica, política e ecológica do mundo moderno, com a finalidade de acentuar o espírito de responsabilidade e de solidariedade entre as nações. Trata-se de um requisito básico para resolver os graves problemas ambientais”. Em 1987, teve lugar em Moscou o Congresso Internacional Unesco-PNUMA, sobre a educação e a formação relativa ao meio ambiente, de que resultou um documento denominado Estratégia Internacional de Ação em Matéria de Educação e Formação Ambiental, para o decénio de 1990. Também, em 1992, o “Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”, produzido na Jornada de Educação Ambiental, durante o Fórum Internacional das ONGs – Rio/92, delimitou princípios básicos de educação para as sociedades sustentáveis e responsabilidades globais.

A educação ambiental é um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros. (UNESCO, 1987) Em outros termos:

A médio e longo prazos, a chave central desse futuro sustentável da política de ambiente passa, sem nenhuma dúvida, pelo entendimento da Educação Ambiental como elemento decisivo da competência cívica do nosso tempo: nos dias que correm não se pode ser cidadão sem algumas competências ambientais mínimas. Trata-se de uma outra e nova forma de alfabetização. (SOROMENHO-MARQUES, 1998, p. 104)

É importante discutir as questões ambientais aliadas à necessidade de se construir uma nova visão de mundo e do processo educativo, elucidando os princípios da educação ambiental na formação da cidadania. (ARAÚJO; RAMOS, 2011)

Uma educação ambiental para a cidadania deve proporcionar a compreensão individual e coletiva de como se processa o modo de vida das pesso-

as, no contexto de uma determinada formação histórico-social, e contribuir para a solução de problemas concretos que afetam o meio ambiente , assim como motivar o cidadão a assumir uma postura crítica frente à realidade.

A escola constitui-se em um espaço com potencialidade estratégica, capaz de articular diferentes saberes, sistematizando uma nova cultura, uma ecopedagogia ou pedagogia da sustentabilidade, o que remete para a emergência do “ecoprofessor”, capaz de educar para a construção da cidadania planetária. (GUTIÉRREZ; PRADO, 1999)

A educação ambiental apresenta maior vitalidade nos anos iniciais de formação, adquirindo papel estratégico na educação de jovens e adultos como protagonistas no processo de transição para uma sociedade sustentável. (GUERRA; NAVE; SCHMIDT, 2010) Em Portugal, identifica-se uma forte presença das Organizações não Governamentais do Ambiente – (ONGAs), tanto na educação não formal, como na educação formal.

No que se refere ao meio ambiente e educação ambiental, observamos que em Portugal e no Brasil a temática ambiental chega ao ensino superior de forma bastante difusa, não se constituindo ainda em projetos institucionais de inserção da educação ambiental, mas de inserção de disciplinas relacionadas com o meio ambiente em cursos de graduação e pós-graduação ou de oferta de cursos específicos da área ambiental. (BATISTA; RAMOS, 2011)

A adoção de estratégias de desenvolvimento sustentável suscita a pertinência do conhecimento das relações entre formação, emprego e ambiente. Desde os anos 90 do século XX, temos chamado a atenção para a necessidade de reforçar o componente ambiental no sistema educativo e no sistema de formação para a preparação dos agentes indispensáveis à implementação e desenvolvimento da política relacionada ao meio ambiente em Portugal (quadros da administração pública, membros do poder local, empresários e etc.). (RAMOS, 1995, 1996)

Ao discutirmos sobre a necessidade da dimensão ambiental como uma importante característica da formação profissional, enfatizamos (RAMOS, 2008, 2009) a necessidade da interação de temas relativos ao meio ambiente nos currículos escolares e acadêmicos, atendendo não só à exigência do mercado de trabalho, mas principalmente como função inerente a uma formação holística que se relaciona diretamente com o exercício da cidadania.

A “cidadania ambiental e a cultura da sustentabilidade serão necessariamente o resultado do fazer pedagógico que conjugue a aprendizagem a partir da vida cotidiana.” (GUTIÉRREZ; PRADO, 1999 p. 59)

Existe um esforço institucional para o desenvolvimento de um processo de sensibilização das questões ambientais nos espaços acadêmicos, o que é visível, por exemplo, na Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP), onde medidas importantes, como a reciclagem de resíduos sólidos, vêm sendo adotadas com o envolvimento da comunidade acadêmica ou de sensibilização dos alunos e da comunidade educativa para esta problemática, como ilustra o projeto FEP Solidária. Estas preocupações alargam-se aos estudantes da Universidade do Porto. Em um recente concurso de negócios sociais (abril 2012), os estudantes foram incentivados a desenvolver um plano de negócio social a ser implementado na região. Ganhou o projeto “Separar para ganhar, do plano à prática”, consistindo em remunerar os particulares que decidam separar e entregar o lixo reciclável. Ganhou a ideia, a análise econômica do negócio e a sustentabilidade das conclusões. Dentro dos critérios, estiveram a implementabilidade do modelo, a pertinência, o impacto socioeconômico, a criatividade e inovação.

É preciso assinalar a importância das atividades de natureza pedagógica na responsabilidade social das universidades, enfatizar as responsabilidades relativas ao plano pedagógico da universidade e dos universitários. Na universidade, forma-se simultaneamente o profissional e o cidadão que atuará na sociedade, nas empresas e em outros tipos de organizações, sendo necessário desenvolver as capacidades dos estudantes, para serem futuros geradores de sustentabilidade nos negócios e na sociedade e trabalharem por uma economia global inclusiva e sustentável. (UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT, 2008)

É necessário integrar a compreensão das questões ambientais nos programas escolares e universitários, além de implementar a formação permanente para o grande público, dinamizadores do setor rural, técnicos, engenheiros e outros recursos humanos que trabalham nas empresas e autarquias. (RAMOS, 1995, 1996, 2008, 2009) Deste modo, a formação de professores e pesquisadores pode permitir à Universidade desenvolver um papel ativo na formação de pessoas qualificadas em relação ao tema, sendo que a formação

profissional em Portugal, na área do ambiente e desenvolvimento sustentável, é ainda insuficiente.

REFLEXÕES FINAIS

A promoção da pluridisciplinaridade constitui uma etapa importante para a melhoria da prevenção dos riscos ambientais. A participação dos especialistas das diferentes ciências humanas e sociais é essencial para a promoção do desenvolvimento sustentável, havendo muito a fazer, nomeadamente, nos domínios da consciencialização ambiental, da educação e da formação.

As políticas ativas de emprego e o sistema educativo devem instaurar programas específicos de formação, a fim de responder às novas competências necessárias na área ambiental.

É necessário conjugar as diferentes políticas e cooperação inter-institucional, isto é, os esforços dos diferentes níveis da administração pública e dos diferentes ministérios (como Ambiente, Educação, Emprego, Economia e Agricultura), assim como fazer convergir a cooperação e o diálogo entre as instituições representativas dos trabalhadores, dos empregadores, as coletividades locais, as associações e movimentos sociais e os cidadãos que atuam no terreno da proteção do ambiente.

As “economias verdes” associam-se a um conjunto de atividades com preocupações de sustentabilidade e objetivos de desenvolvimento que promovam valores cooperativos e solidários, capacidades educativas, cívicas e organizacionais, lógicas inclusivas de equidade e de justiça social, relações sociais mais equilibradas e novos saberes.

A Declaração do Milênio, adotada em 2000 por 189 Estados Membros da Assembleia Geral das Nações Unidas, lançou um processo decisivo de cooperação global e aprovou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para a comunidade internacional, que deverão ser atingidos até 2015. (ONU, 2000) Um dos objetivos é garantir a sustentabilidade ambiental: integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a atual tendência para a perda de recursos ambientais; reduzir para metade, até 2015, a percentagem de população sem acesso permanente

a água potável; até 2020, melhorar significativamente a vida de pelo menos 100 milhões de habitantes em bairros degradados. Outros objetivos visam erradicar a pobreza extrema e a fome, assim como criar uma parceria global para o desenvolvimento.

É necessário um novo paradigma econômico, uma economia multidimensional que reconheça a paridade entre os diferentes pilares do desenvolvimento sustentável, em que o bem-estar social, o econômico e o ambiental sejam inseparáveis para construir um mundo mais igualitário, culturalmente diverso e ecologicamente viável.

REFERÊNCIAS

ADAMS, W. A. Green development theory: environmentalism and sustainable development. In: CRUSH, J (Ed.). *Power of development*, London: Routledge, 1995.

ALMEIDA, A. *Educação ambiental: a importância da dimensão ética*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. *Livro Sexto*. Lisboa: Caminho, 2003.

ARAÚJO, M. Inês Oliveira; SOARES, M. José Nascimento (Org.). *Educação ambiental*. Aracaju: Criação, 2010.

ARAÚJO, M. Inês Oliveira; RAMOS, M. Conceição Pereira. A educação ambiental e seu papel na formação da cidadania. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE EPENN, EDUCAÇÃO, CULTURAS E DIVERSIDADES, 20., 2011, Manaus, Brasil, *Anais...*, Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 23, 26, ago. 2011.

BATISTA, M. Socorro, Silva; RAMOS, M. Conceição Pereira. Desafios da educação ambiental no ensino superior – das políticas às práticas no Brasil e em Portugal. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO E CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2, 2011, *Anais...* São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), Disponível em: <www.anpae.org.br/simpósio2011>.

BAUMAN, Z. *A ética é possível num mundo de consumidores?* Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

- BRAIDOTTI, R.; CHARKIEWICZ, E.; HAUSLER, S.; WIERINGA, S. *Women, the environment and sustainable development: towards a theoretical synthesis*. London: Zed Books with In straw, 1994.
- CABRAL NETO, A.; FILHO, F. D. Macedo; BATISTA, M. S. Silva (Org.). *Educação ambiental*, Brasília: Liber Livro Editora, 2010.
- CASTLES, S. *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios*. Lisboa: Fim de Século, 2005.
- COMISSÃO EUROPEIA. *Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas. Livro Verde*. Bruxelas, 2001.
- COMMISSION EUROPÉENNE. *L'emploi en Europe*. Luxembourg: Publications des CE, 1995.
- DIAS, G. Prata; RAMOS, T. B. (Coord.). *Estudo sobre empregos verdes em Portugal*. Lisboa: GEP, 2010.
- GEMENE, F.; BRUCKER, P.; GLASSER, J. (Ed.). The state of environmental migration (SEM) 2010, *Study*, n. 7/2011, décembre, IDDRI/OIM, 2011.
- GUTIÉRREZ, F.; PRADO, C. *Ecopedagogia e cidadania planetária*. São Paulo: Cortez, 1999.
- HOGAN, D. J. Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 323-338, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v22n2/v22n2/>>.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). *Migration and climate change: assessing the evidence*. Geneva: International Organization for Migration, 2008.
- _____. *Migration, environment and climate change: assessing the evidence*. Geneva: International Organization for Migration, 2009.
- LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MCLEMAN, R.; SMIT, B. Migration as an adaptation to climate change. *Climate Change*, v. 76, p. 31-53, maio. 2006.
- MENDES, A. Carvalho; PROST, M. Th.; CASTRO, E. (Org.). *Ecosistemas amazônicos – dinâmicas, impactos e valorização dos recursos naturais*. Belém: FAPESPA, 2011.
- MOTA, I. et al. *Estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável 2005/2015*. Lisboa: Pandora, 2005.

- MUELLER, C. C. *Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente* Brasília: UNB, 2007.
- ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *L'Éducation à l'environnement pour le XXè siècle*, Paris : OCDE, Centre pour la recherche et l'innovation dans l'enseignement, 1995.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Green jobs. Facts and figures*, Geneva: International Labour Organization, 2008.
- _____. *Empregos verdes: melhorar o clima também para promover a igualdade de gênero*. Genebra: BIT, 2009.
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *Towards green growth*. Paris: OECD, 2011.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Objetivos do desenvolvimento do milênio*. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 2000. Disponível em: (www.onu.org).
- PASSET, R. *L'économie et le vivant*, Paris: Payot, 1979.
- PASSET, R. L'économie: des choses mortes au vivant. In: *Encyclopédia Universalis*, Symposium les enjeux, 1985, p. 831-841.
- PATRÍCIO, O. Educação Ambiental – Riscos e Prevenção. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E CULTURAS - PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES E TRANSNACIONAIS, *Anais...*Porto, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, 2 mar. 2010.
- PHILLIPE JR, Arlindo; PELICIONI, M. C. Focesi. *Educação ambiental e sustentabilidade*. São Paulo: Manole, 2005.
- PIGUET, E.; PÉCOUD, A.; GUCHTEIEIRE, P. *Migration and climate change*. Cambridge: University Press/UNESCO Publishing, 2011.
- PORTER, M.; VAN der LINDE, C. Green and competitive. Ending the stalemate. *Harvard Business Review*, p. 120-134, 1995.
- PUPPIM DE OLIVEIRA, J. A. *Empresas na Sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2008.
- RAMOS, M. Conceição Pereira. Promoção dos recursos humanos no ambiente. In: SEMINÁRIO O EMPREGO, AS RELAÇÕES INDUSTRIAIS E O AMBIENTE. REDE IRENE (INDUSTRIAL RELATIONS AND ENVIRONMENT NETWORK EUROPE). Lisboa, APEMETA (Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais), 6 jul. 1995.
- RAMOS, M. Conceição Pereira. Desenvolvimento de oportunidades de formação e de emprego no setor. In: ENCONTRO NACIONAL RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

- TECNOLOGIA E GESTÃO. Lisboa, APEMETA (Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais), p. 20-21, jun. 1996a.

RAMOS, M. Conceição Pereira. Emploi, formation et politiques de travail pour l'environnement. In: COLLOQUE INTERNATIONAL ECOLOGIE, SOCIETE, ECONOMIE, *Anais...* Paris: Centre Économie et Ethique pour l'Environnement et le Développement, Université de Versailles, p. 23-25, maio. 1996b.

_____. Locurile de muncă, pregătirea profesională și politicile privind munca pentru mediul inconjurător. *Economistul*, Bucureste, n. 617, suplemento, n. 186, p. 1-4, Jun. 2000.

_____. Training, employment and new competences for a sustainable development. *Review of International Comparative Management*, v. 2, n. 9, p. 15-32, 2008.

_____. Questions de l'environnement et contemporanéité. Contemporanea – *Revista de Comunicação e Cultura*, Salvador, v. 7, n. 1, p. 24, Junho 2009, Universidade Federal da Bahia, Brasil (UFBA). Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3601/266>> .

_____. Economia solidária, plural e ética, na promoção do emprego, da cidadania e da coesão social, *Revista Laboreal*, v. 7, n. 1, p. 81-104, 2011. Disponível em: < <http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u560TV658223533894:245552> >. Acesso em: 14 de set. 2011.

RAMOS, Natália. A diversidade cultural da cidade: problemas e desafios. In: Rubim, L; Miranda N. (Org.). *Transversalidades da cultura*, Salvador, EDUFBA, 2008, p. 133-179.

SACHS, I. *Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SAINT MARC, Philippe. *L'économie barbare*. Paris: Frison Roche, 1994.

SANTOS, B. Sousa; MENEZES, M. P. G.; Nunes, J. Arriscado "Para ampliar o cânone do reconhecimento, a diversidade epistemológica do mundo". SANTOS, B. SOUSA (Org.). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Afrontamento, v. 4, 2004.

SANTOS, B. Sousa (Org.). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Afrontamento, 2004.

SCHMIDT, L; NAVE, J. Gil; GUERRA, J. *Educação Ambiental*. Lisboa: ICS, 2010.

SOROMENHO-MARQUES, Viriato. *O Futuro Frágil: os desafios da crise global do ambiente*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1998.

SUKHDEV, P. et al. *A economia dos ecossistemas e da biodiversidade: integrando a economia da natureza*. Uma síntese de abordagens, conclusões e recomendações do TEEB. Programa das Nações Unidas para o meio ambiente, 2010.

(UNEP), et al. *Green jobs: towards decent work in a sustainable, low-carbon world*. Policy messages and main findings for decision makers. Nairobi: United Nations Office, 2008.

UNESCO. *Environmental education*. Geneva: UNESCO – UNEP International Environmental Education Programme, 1990.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. *Principles for responsible management education PRME – A Global Initiative, a Global Agenda*. United Nations Global Compact Office, 2008.

UZAWA, H. Instituições, desenvolvimento, ambiente. In Silva, M. e outros, *Aspectos sociais e éticos da economia*. Lisboa: Comissão Nacional Justiça e Paz, 1994, p. 155-170.

VIVIEN, F.-D. *Economie et écologie*. Paris: La Découverte, 1994.

WCED. *Our common future, world commission on environment and development*. Oxford: Oxford University Press, 1987 (Brundtland Report).

WELFORD, R. *Environmental strategy and sustainable development: the corporate challenge for the 21st century*. Londres: Routledge, 1995.

WINTER, G. *Entreprise et environnement, une synergie nouvelle*. Paris: Ediscience international, 1989.

WORLD BANK. *Resettlement and development: the bank wide review of projects involving involuntary resettlement 1986-1993*. Washington: World Bank/Environment Department, 1994.

A complementaridade de pontos de vista sobre representações do meio ambiente está presente nos diversos textos que compõem esta coletânea. Busca-se trazer uma multiplicidade de olhares que possam, por sua heterogeneidade, contribuir para uma melhor compreensão de questões tão basilares às sociedades atuais como as que concernem ao meio ambiente e ao clima.

A despeito da complexidade e abrangência do tema, a intenção é que o reconhecimento do seu caráter multidisciplinar e a apresentação de discursos e práticas diferentes, porém correlacionados, sobre clima e meio ambiente, possam colaborar para o aprofundamento da temática ambiental e da sua relação com o cinema e a cultura, assim como para tomadas de posição práticas e consequentes.

